

**COMBATE À POBREZA:** *Problema não seria falta de recursos, mas sua distribuição*

# Economistas argumentam que país já tem verba para erradicar pobreza

Estudo inédito mostra que projetos sociais não atingem os mais pobres

Flávia Oliveira

A criação de um fundo ou a elevação de impostos para programas de combate à pobreza — como propõe o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) — só vão gerar burocracia, na opinião do economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio. Estudo do tema, Camargo garante que se o país destinasse 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) a programas de transferência de renda para os mais pobres, a miséria brasileira seria erradicada. Atualmente, o país destina 20% do PIB ao setor social, que engloba os gastos com aposentadoria, saúde, educação, saneamento, assistência social e trabalho.

## Um terço das bolsas de estudo vão para não-pobres

— Se o país desse aos 40% mais pobres 3% do PIB (menos de R\$ 30 bilhões), toda a população passaria a ganhar acima da linha da pobreza. Nossos programas sociais não transferem renda para os que mais precisam — diz Camargo.

Levantamento ainda inédito de Camargo mostra, por exemplo, que um terço das bolsas de estudo concedidas pelo Go-

A MAIOR PARTE DAS VERBAS SOCIAIS VÃO PARA OS MAIS RICOS	
	<b>PREVIDÊNCIA</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os 20% mais pobres ficam com apenas 7% de todo o dinheiro pago em pensões e aposentadorias</li> <li>Os 20% mais ricos detêm 28,9% dos recursos</li> </ul>
	<b>SEGURO-DESEMPREGO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os 20% mais pobres recebem apenas 3% das verbas do seguro-desemprego</li> <li>Os 20% mais ricos detêm 19,5%</li> </ul>
	<b>BOLSAS DE ESTUDO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Os 20% mais pobres ficam com apenas 0,3% das bolsas concedidas pelo Governo</li> <li>Os 20% mais ricos ficam com 34%</li> </ul>
	<b>UNIVERSIDADES</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>As universidades públicas gratuitas consomem 0,8% do PIB nacional. Quase 100% de seus alunos são não-pobres</li> </ul>

verno beneficiam os 20% mais ricos da população. Apenas 0,3% das bolsas ficam com os 20% mais pobres. Não é só. Os 20% mais pobres recebem apenas 3% dos recursos pagos pelo seguro-desemprego, enquanto o quinto mais rico fica com 19,5% do bolo.

Na Previdência Social, o desequilíbrio ainda é maior, segundo o economista da PUC-Rio. O setor público tem 900 mil aposentados e o INSS, 17 milhões. O déficit previdenciário este ano deverá atingir R\$ 46 bilhões. Do total, R\$ 35 bilhões vêm do funcionalismo e

R\$ 11 bilhões do INSS.

A aposentadoria média paga pelo INSS, acrescenta o economista, é de 1,8 salário-mínimo. No funcionalismo federal passa a 14,4 mínimos; entre os militares é de 19 mínimos. Já o benefício médio do Legislativo é de 57,8 mínimos e do Judiciário, de 43,7 mínimos.

— Os números provam que o problema não é falta de dinheiro — salienta Camargo.

O diagnóstico não é único. Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembra que a Previdência fica com metade do dinhei-

ro destinado pelo Governo à área social. Enquanto isso, os setores básicos (como educação, saúde e saneamento) ficam com 2,9% apenas do PIB.

— Deve-se examinar o destino das verbas antes de aumentar a carga tributária — recomenda Neri.

## Dinheiro existe, diz diretor de departamento da PUC

Pensamento idêntico tem o diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio, Gustavo Gonzaga:

— Dinheiro o país tem. O FAT por exemplo tem recursos. A questão do Brasil é decidir adequadamente as políticas que serão adotadas. O importante é investir em aumento de escolaridade e saneamento básico — afirmou Gonzaga, que considera correta a idéia de integrar União, estados e municípios nos programas de combate à pobreza.

Fábio Giambiagi, do BNDES, tem dúvidas sobre a reação dos que forem chamados a pagar mais impostos. Mas disse não acreditar que o projeto do senador terá impacto sobre o ajuste fiscal do Governo. ■

COLABORARAM Bernardo de la Peña e Flôrencina Costa